

Críticas ao uso político da Justiça

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a legitimidade das medidas provisórias como instrumento de governo, no debate sobre reforma do judiciário, direitos humanos e violência para o qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) convidou, ao longo desta semana, os quatro candidatos à Presidência mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais. Além de Fernando Henrique, participaram, em dias alternados, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e Enéas Carneiro (Prona).

Segundo Fernando Henrique, o Plano Real "não teria sido possível" sem o recurso a medidas provisórias. Para o presidente, as MPs

são um instrumento legítimo do Executivo, especialmente naquelas situações em que uma longa discussão pública no Congresso anulariam os efeitos da ação do governo, por propiciar tempo e conhecimento às partes atingidas pela medida. Este seria o caso do Real.

Mas o presidente chamou a atenção para o fato de que o uso indiscriminado de MPs conduziria a uma situação de "arbitrariedade", lembrando que, pelas regras atuais, o único limite à edição das medidas é "o bom senso do governante". Ele defende projeto, em tramitação no Congresso, que limita a possibilidade de recurso às MPs.

Fernando Henrique voltou a criticar o uso da Justiça com finalida-

des políticas pelos partidos de oposição, especialmente através do encaminhamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Isso faz parte da infância da democracia. Não estão se conscientizando de que perderam. Estão usando os tribunais para fazer propaganda política. Vai cansar a todo mundo, aos partidos também."

Por outro lado, Fernando Henrique elogiou a Constituição de 1988 por garantir, através de instrumentos como ações civis públicas e Ministério Público independente, acesso mais amplo da população e inclusão do Judiciário nas discussões de interesse da sociedade.

(L.E.L.)